



Anne Karynne da Silva Barbosa
(Organizadora)

ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E CULTURA

Atena
Editora
Ano 2021



Anne Karynne da Silva Barbosa
(Organizadora)

ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E CULTURA

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacão do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Gabriel Motomu Teshima
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Anne Karynne da Silva Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A411 Alimentação, nutrição e cultura / Organizadora Anne Karynne da Silva Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-611-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.116211811>

1. Alimentação. 2. Nutrição. I. Barbosa, Anne Karynne da Silva (Organizadora). II. Título.

CDD 613.2

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O livro coleção “Alimentação, Nutrição e Cultura” possui como objetivo principal reunir pesquisas resultantes de trabalhos em todas as áreas que compõem a Alimentação e Nutrição. Esse volume abordará em caráter multidisciplinar artigos, pesquisas, relatos de experiência e/ou revisões da literatura, inclusive revisões sistemáticas que trilharam nas diversas facetas da Nutrição e da alimentação em geral.

O objetivo principal desse volume, foi apresentar de forma clara pesquisas relevantes desenvolvidas em diversas instituições de ensino e pesquisa de graduação e pós-graduação do Brasil. Em todos esses artigos devidamente selecionados a partir de revisão, a linha de base foi o aspecto relacionado com as diversas áreas da alimentação e nutrição, sendo a nutrição funcional, alimentação infantil, alimentação juvenil, saúde básica, fabricação de alimentos enriquecidos, manejo clínico e hospitalar e áreas correlacionadas com alimentos e nutrição em geral.

Temas relevantes da área de nutrição e alimentação são, deste modo, discutidos aqui nesta obra com o papel de contribuir para o aumento da prática de alimentação e nutrição de discentes, troca de experiências entre os docentes de várias instituições, as quais são artigos relevantes nos capítulos dispostos nesse volume.

É sabida a importância da divulgação da literatura científica, por isso torna-se claro a escolha da Atena Editora, visto que é uma editora com uma plataforma didática e relevante para todos os pesquisadores que queiram divulgar os resultados de seus estudos.

Boa leitura!

Anne Karynne da Silva Barbosa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ALIMENTOS IMUNOMODELADORES NO TRATAMENTO DE NEOPLASIAS


Luan José Figueiredo Batista
Adiene Silva Araújo
Dayane Lemos Lopes
Jacqueline Maria Oliveira do Ó
Josué Araújo Dantas
Paulo Fernandes Moura da Silva Júnior
Sabrina Bezerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118111>

CAPÍTULO 2..... 6

OBESIDADE INFANTIL: INTERVENÇÃO DO ENFERMEIRO ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA


Maria Antónia Fernandes Caeiro Chora
Cristina Arosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118112>

CAPÍTULO 3..... 17

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO QUÍMICA E SENSORIAL DE BOLO ISENTO DE GLUTÉN ELABORADO COM LEGUMINOSA GERMINADA


Clícia Maria de Jesus Benevides
Mariângela Vieira Lopes
Ádila de Jesus Silva Santos
Luciene Silva dos Santos
Bruna Almeida Trindade
Sarita Brito e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118113>

CAPÍTULO 4..... 29

A INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS FUNCIONAIS NA DIETA DE ALUNOS NÃO VOCACIONADOS PARA A PRÁTICA DA DIETÉTICA E NUTRIÇÃO


Filomena Sousa Calixto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118114>

CAPÍTULO 5..... 44

ASSOCIAÇÃO ENTRE O CONSUMO DE ADOÇANTES DIETÉTICOS, COMPORTAMENTO ALIMENTAR E PESO CORPORAL DE ADULTOS

Maria Beatriz dos Santos André
Pérola de Andrade Leão
Maria Angélica Martins Lourenço Rezende


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118115>

CAPÍTULO 6..... 57

Bianca Lopes Batista

Valmor Ziegler

DESENVOLVIMENTO DE BISCOITO TIPO COOKIE FORMULADO COM FARINHA DE BROTO DE FEIJÃO MUNGO (*VIGNA RADIATA L.*)

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118116>

CAPÍTULO 7..... 69

EFEITO DA ALIMENTAÇÃO NO DESEMPENHO DO ENEM (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO): UM ESTUDO DE CASO

Luan José Figueiredo Batista

Adiene Silva Araújo

Beatriz Araújo Medeiros

Jacqueline Maria Oliveira do Ó


Josué Araújo Dantas

Maria Clara Dantas Araújo

Mariana Genuino Alves

Paulo Fernandes Moura da Silva Júnior

Sabrina Bezerra da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118117>

CAPÍTULO 8..... 72

FATORES DE RISCO NUTRICIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE LESÕES HPV INDUZIDAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Ana Claudia Lunelli Moro


Daniela Kist Busnardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118118>

CAPÍTULO 9..... 81

GRAU DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS DA CARREIRA DE OBSTETRÍCIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNIVERSIDADE CENTRAL DO EQUADOR SOBRE OS BENEFÍCIOS E DANOS DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVOS DO EQUADOR TRADICIONALMENTE UTILIZADOS NA GRAVIDEZ E PUERPÉRIO E AMENTAÇÃO EM MARÇO 2019

Tatiana de Lourdes González Sampedro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1162118119>

CAPÍTULO 10..... 85

MÉTODO BABY-LED WEANING: UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DO MÉTODO BLW COMO TÉCNICA DE INTRODUÇÃO ALIMENTAR SAUDÁVEL INFANTIL

Gleyka Raissa Arruda de Medeiros

Francisca Marta Nascimento de Oliveira Freitas

Rebeca Sakamoto Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181110>

CAPÍTULO 11 97

NÍVEL DE ADESÃO ÀS BOAS PRÁTICAS NA MANIPULAÇÃO DE CARNES NAS FEIRAS

LIVRES

Bruna Eduarda Gomes dos Santos
Geralda Aldina Dias Rodrigues
Paulo Henrique Marinho dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181111>

CAPÍTULO 12..... 109

DESENVOLVIMENTO DE CONSERVA E CAPONATA A BASE DE PSEUDOCAULE DE BANANEIRA


Débora Machado dos Santos
Valmor Ziegler

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181112>

CAPÍTULO 13..... 121

NUTRIÇÃO VOLTADA A DIETA EQUILIBRADA PARA GESTANTES


Adrya Priscilla da Cruz Silva
Catarina Maria de Oliveira Brito
Iara Guimarães dos Santos Cunha
Francisca Marta Nascimento de Oliveira Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181113>

CAPÍTULO 14..... 132

O USO DA COENZIMA Q10 NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA


Júlia Gabrielle Ferreira de Melo
Letícia Cavalcante de Santana
Monique Maria Lucena Suruagy do Amaral Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181114>

CAPÍTULO 15..... 144

SAÚDE HUMANA E NUTRIÇÃO: O PERIGO DE ADERIR ÀS “DIETAS DE REVISTA”


George Lacerda de Souza
Ana Beatriz Souza Prieto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181115>

CAPÍTULO 16..... 153

TÍTULO: TRIAGEM NUTRICIONAL NO PRÉ-OPERATÓRIO DO PACIENTE ONCOLÓGICO

Marília Procópio de Carvalho
Ida Cristina Mannarino
Célia Lopes da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181116>

CAPÍTULO 17..... 162

PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): ANÁLISE DA QUALIDADE DOS CARDÁPIOS

Genyvana Criscya Garcia Carvalho
Oduvaldo Vendrametto


Ivonalda Brito de Almeida Morais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181117>

CAPÍTULO 18..... 172

PRINCIPAIS FATORES DE DESMAME EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA


Margarete Ferreira da Silva Novais
Tatiane Pina Santos Linhares
Arilsângela de Jesus Conceição
Larissa Oliveira Guimarães
Tacila Nogueira Azevedo Rocha
Ceciliana Negreiros Fernandes de Azevedo
Ana Paula Regis Sena Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181118>

CAPÍTULO 19..... 184

PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS EM PORTUGAL: MODELO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS


Karolina Silva Brandão
Ana Tavares
Beatriz Henriques
Julie Pais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181119>

CAPÍTULO 20..... 197

QUALIDADE MICROBIOLÓGICA E FATORES DE CULTURA DA ALFACE (*LACTUCA SATIVA L.*) COMERCIALIZADA NA CIDADE DE ARAGUAÍNA, TO

Maria Natália Soares Maranhão
Claudia Scareli dos Santos
Tatiane Marinho Vieira Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11621181120>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 209

ÍNDICE REMISSIVO..... 210

CAPÍTULO 19

PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS EM PORTUGAL: MODELO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 01/08/2021

Karolina Silva Brandão

Universidade de Fortaleza
Fortaleza – CE

Ana Tavares

Faculdade de Ciências da Nutrição e
Alimentação da Universidade do Porto
Porto - Portugal

Beatriz Henriques

Faculdade de Ciências da Nutrição e
Alimentação da Universidade do Porto
Porto - Portugal

Julie Pais

Faculdade de Ciências da Nutrição e
Alimentação da Universidade do Porto
Porto – Portugal

RESUMO: As questões de segurança alimentar, num planeta esgotável e com uma população crescente, têm sido debatidas com o propósito de encontrar soluções. No entanto, mesmo em países com alto rendimento, têm-se encontrado uma incidência crescente de indivíduos em insegurança alimentar. Neste ambiente vulnerável, a procura por ajuda em instituições de caridade tem sido desmedida e precipitada, condicionando a eficácia da sua intervenção. Deste modo, torna-se prioritário a elaboração e implementação de políticas nutricionais que compreendam várias entidades com

preocupações de saúde, sociais e éticas, que visem a assistência e resolução da insegurança alimentar a indivíduos em risco. Vários modelos têm sido implementados em vários países, com um objetivo comum, mas com diferentes focos de intervenção. Em Portugal, o principal objetivo deste tipo de programas é “matar a fome”, sendo recôndita a preocupação ao nível saúde e a qualidade nutricional dos alimentos distribuídos. Enquanto que, noutros países, como Brasil, EUA e Canadá, existem programas que não têm só como objetivo alimentar a população, mas também um papel importante na consciencialização das escolhas alimentares e fornecimento de alimentos saudáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança Alimentar, Políticas Nutricionais, Portugal, Saúde.

FOOD DISTRIBUTION PROGRAMS IN PORTUGAL: CURRENT MODEL AND FUTURES PERSPECTIVES

ABSTRACT: The issues of food security, on a depleting planet with a growing population, have been debated with the aim of finding solutions. However, even in high-income countries, an increasing incidence of individuals in food insecure has been found. In this vulnerable environment, the search for help from charities has been excessive and hasty, conditioning the effectiveness of their intervention. In this way, the elaboration and implementation of nutritional policies that include various entities with health, social and ethical concerns, that aim at assisting and solving food insecurity for individuals at risk, becomes a priority. Several models have been

implemented in several countries, with a common objective, but with different intervention focuses. In Portugal, the main objective of this type of program is to “kill hunger”, being recondite the concern in terms of health and nutritional quality of the distributed food. While in other countries, such as Brazil, USA and Canada, there are programs that not only aim to feed the population, but also play an important role in raising awareness of food choices and providing healthy food.

KEYWORDS: Food Insecurity, Nutritional Policies, Portugal, Health

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), segurança alimentar é reconhecida como “uma situação que existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 2016).

Atualmente, com a crise econômica e social a nível global, tem-se verificado um crescente número de pedidos de ajuda alimentar por famílias em estado de insegurança alimentar nos países desenvolvidos, mesmo naqueles cujos valores de PIB per capita são elevados. Esta situação afeta o estado nutricional das populações, propicia o desenvolvimento de doenças crônicas, condiciona as condições ideais de trabalho e estudo e acarreta um aumento dos encargos econômicos ao estado (TARASUK et al, 2015) (LOOPSTRA; REEVES; STUCKLER, 2015).

Em todo o mundo tem havido grandes gastos relacionados com programas de assistência social e é possível fazer-se muito mais, por forma a tornar esses programas mais eficazes na melhoria do acesso a alimentos nutricionalmente adequados (IFPRI,2016).

No caso específico de Portugal, a austeridade econômica provocou o aumento do número de famílias em insegurança alimentar, com disparidades a nível regional. Todavia as políticas públicas de ajuda alimentar têm sido lentas e morosas em resolver esta situação, pelo que, se tem assistido ao aparecimento de um crescente número de redes e associações de cariz voluntário com o intuito de auxiliar os mais necessitados (LOOPSTRA; REEVES; TAYLOR-ROBINSON; BARR; MCKEE; STUCKLER, 2015), (HOFFMANN, 1995).

Neste contexto, com este trabalho se pretende analisar os modelos de ajuda alimentar em Portugal e noutros países, nomeadamente Brasil, Estados Unidos e Canadá, de modo a perceber como poderemos melhorar os programas de ajuda alimentar.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo exploratório, com abordagem descritiva, realizado entre os meses de outubro a dezembro de 2016, com enfoque comparativo interpretativo, considerando as diferentes particularidades de cada parte, sem a pretensão de generalizar ou minimizar as características históricas, culturais, sociais, políticas e

econômicas, buscando o intercâmbio de saberes e ações, em busca de uma plena atenção aos seus povos e suas necessidades. Importante destacar que a escolha dos países se deu por motivos de conveniência das pesquisadoras.

Após a leitura do artigo “Política Alimentar em Portugal - Percurso recente, oportunidades e ameaças”, a frase “todos os programas de ajuda (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PAAAC); Banco alimentar e Programa de Emergência Alimentar), tem sido inexistente o envolvimento do setor de saúde, especificamente no que se refere à garantia da qualidade nutricional dos alimentos distribuídos.” (GRAÇA; GREGÓRIO; SOUSA; CAMOLAS, 2016) destacou-se pela sua pertinência e atualidade, mostrando potencial para aprofundar o tema.

3 | RESULTADOS

Como se encontra, atualmente, o modelo de ajuda alimentar em Portugal?

Atualmente, em Portugal, existem programas governamentais, o Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados e o Programa de Emergência Alimentar, e programas de responsabilidade da sociedade civil, nomeadamente, os Bancos Alimentares.

O Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados tem medidas de assistência material que visam a distribuição de alimentos, roupa e outros artigos de uso pessoal. Os países da União Europeia (UE), inclusive Portugal, escolhem que tipo de assistência pretendem prestar, tendo em conta a situação do país e a forma como os alimentos e os artigos serão obtidos e distribuídos. Este fundo fornece autonomia ao país, isto é, cada país pode adquirir os alimentos, roupa e artigos de uso pessoal, e fornecê-los às organizações parceiras (entidades públicas ou organizações não governamentais selecionadas pelas entidades nacionais com base em critérios objetivos e transparentes definidos a nível nacional) ou financiar as próprias organizações para que estas o façam (CE, 2016).

Uma medida recente que o ministério pretende implementar com os alimentos provenientes deste fundo consiste na doação, por parte de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), de alimentos aos utentes para que estes cozinhem em casa, deixando de frequentar as cantinas sociais. Esta medida assenta em dois objetivos essenciais: garantir uma transição sem interrupções deste apoio e assegurar uma maior autonomia aos beneficiários que configurem o critério de carência alimentar (Diário de Notícias, 2016). No entanto, segundo Manuel Paisana (Segurança social) “em 2016 não haverá aparentemente distribuição alimentar ao abrigo destes montantes disponíveis”. (MINUTO, 2016).

O Programa de Emergência Alimentar, implementado em 2011, tinha um período máximo de 3 anos, no entanto, ainda hoje se encontra em vigor. Este atua em 5 áreas prioritárias: famílias, idosos, deficiência, voluntariado e instituições. Nelas pretende-se identificar as situações de resposta social mais urgente, assim como, promover e proteger

os direitos das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e em grupos de risco. Na área da família, salienta-se a rede solidária de cantinas sociais que garante o acesso a refeições diárias gratuitas a pessoas e/ou famílias mais necessitadas. Na área das instituições, uma das medidas adotadas foi a simplificação do sistema de segurança alimentar, isto é, alargar a metodologia de segurança alimentar simplificada às instituições sociais, substituindo o HACCP, assim como estabelecer um protocolo com representantes de instituições sociais e com os serviços competentes do Estado para instituir formadores nas novas regras de segurança alimentar (URBANA, 2016).

Os Bancos Alimentares são “Instituições Particulares de Solidariedade Social” que lutam contra o desperdício de produtos alimentares encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas, ou seja, recuperam os excedentes alimentares, para leva-los a quem tem carências alimentares, mobilizando pessoas e empresas que, a título voluntário, se associam a esta causa. A dívida e a partilha são as palavras de ordem destas instituições. A carta dos Bancos Alimentares contra a fome articula-se em torno de 4 eixos principais: o abastecimento, a distribuição, a animação e o funcionamento (FEBA, 2016).

Os Bancos Alimentares não distribuem diretamente alimentos às pessoas carenciadas. A ajuda alimentar proveniente deste banco é entregue pelas instituições às pessoas carenciadas sob a forma de refeições servidas em lares, creches, ATL, refeitórios sociais ou apoios domiciliários; refeições distribuídas na rua ou em pequenos locais de acolhimento; ou então, através de cabazes de alimentos entregues a famílias necessitadas. Ao longo dos anos tem vindo a crescer o número de pessoas assistidas pelas instituições apoiadas pelos Bancos Alimentares, no entanto, em 2006 e em maior destaque em 2013, houve uma quebra no número de beneficiários.

O banco alimentar recebe toda a qualidade de gêneros alimentares, localmente ou a nível nacional, através de ofertas de empresas e particulares, em muitos casos excedentes de produção da indústria agroalimentar, produtos com embalagens deterioradas, gêneros com prazos de validade em vias de expiração, excedentes agrícolas e da grande distribuição, e ainda produtos de intervenção da União Europeia. A estas dídivas, acrescentam-se os produtos oferecidos por particulares nas campanhas de recolha efetuadas nas superfícies comerciais, essencialmente leite, azeite, salsichas, atum, açúcar, óleo, bolachas, feijão, farinha e grão, no entanto, é notório o decréscimo destas ajudas a partir de 2013. Excedentes de refeitório, restaurantes, padarias e cantinas são também doados. Os donativos podem também ser em dinheiro, mas neste caso o Banco Alimentar solicita o parceiro a adquirir diretamente produtos por ele indicados (FPBACF, 2016)

Para além destes programas, Portugal tem vindo a implementar projetos de caráter social com o objetivo de tornar as ajudas cada vez mais próximas dos que realmente necessitam. Foram criados muito recentemente um restaurante solidário, no Porto, e um supermercado social, em Lisboa. O restaurante solidário é coordenado pela câmara do Porto, com o apoio de associações. As ementas são elaboradas pela Ordem dos Nutricionistas,

os alimentos são recolhidos pelo Centro de Apoio ao Sem Abrigo (C.A.S.A.), pelo Banco Alimentar, e pela Portis-Hostéis Portugueses, e a supervisão é da autarquia (PEREIRA, 2016).

Em Lisboa, o supermercado social de nome “Valor humano”, tem como objetivo a disponibilização de produtos de primeira necessidade a famílias já sinalizadas para ajuda social, com possibilidade de escolha. Os produtos das prateleiras do supermercado social resultam de doações dos comerciantes da freguesia de Santo António, no entanto, prevê-se traçar futuras parcerias com o Banco Alimentar. O pagamento é efetuado com os “Santos Antônios”, créditos que funcionam como moeda de troca para fazer compras no supermercado, ambicionando-se a implementação de um cartão magnético de acúmulo de créditos (LUSA, 2016).

Casos de países mais desenvolvidos em modelos de ajuda alimentar Brasil

Quanto a políticas de segurança alimentar, desenvolvimento rural e combate à pobreza, o Brasil, tem já uma longa experiência, tornando-se um exemplo a seguir. Foi na década de 30 que surgiram as primeiras ideias de programas com o foco de resolver o problema da subnutrição que prevalecia no país. Desde então, inúmeros programas e políticas surgiram e foram extintos durante os diversos governos que passaram. Atualmente, quatro grandes programas relacionados com a alimentação, nutrição, distribuição de alimentos e segurança alimentar estão em vigor (SILVA, 1995).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi implantado em 1955 e até hoje sobrevive como um programa de distribuição de alimentos, sob a forma de refeições e ações de educação alimentar para crianças que se encontram na educação básica, em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias. O programa distribui valores pré-estabelecidos para os Estados e Municípios, de acordo com um censo de frequência e quantidade de alunos, realizado todos os anos em todas as escolas. É importante ressaltar que 30% de todos os valores repassados para a compra de alimentos devem ser investidos em agricultura familiar local, visando desenvolver econômica e sustentavelmente as comunidades ao redor das escolas (BRASIL, 2009), (FNDE,2012).

O Programa Fome Zero foi uma estratégia do governo federal para garantir o direito humano à alimentação adequada a pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esse Programa teve como pressuposto, o acesso diário e digno a quantidade e qualidade de alimentos, por forma a atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde de todas as pessoas, sendo o Estado responsável por essa garantia. O programa possuía quatro eixos articuladores e um deles era o fortalecimento da agricultura familiar, onde se insere o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (CONAB,2016).

O PAA procura combater a pobreza extrema pelo desenvolvimento do meio rural. Os agricultores inscrevem-se no programa, participando ativamente na produção local de produtos agrícolas, sendo estes posteriormente comprados pelas entidades do governo

(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Desenvolvimento Agrário) e doados a entidades sociais, restaurantes populares e bancos de alimentos, ou ainda para formar estoques públicos para ações. Essa estratégia possibilita maior interação entre o Governo e os agricultores familiares, garantindo maior segurança de que os seus produtos serão comercializados, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios. (SILVA, 1995; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2012).

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, coordenadora do Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort, realizou uma pesquisa que ressalta a importância dos pequenos produtores nacionais, especialmente os que cultivam frutas e hortaliças, para o abastecimento do país. Considerando dados do IBGE (2003) e da Conab (2009), é possível concluir que mais de 500 mil produtores utilizam as Centrais de Abastecimento (CEASAS) para o escoamento das suas colheitas. Outro dado de extrema relevância é a grande presença de produtores rurais, cujas propriedades são de pequeno ou de micro porte e que representam mais de 80% dos produtores que puderam ser analisados (CONAB,2016).

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) permite a isenção de alguns impostos às empresas que permitam o fornecimento de refeições de qualidade aos trabalhadores, visando melhorar a alimentação dos mesmos que apresentam uma renda inferior a quatro salários mínimos. A forma de distribuição desses alimentos pode ser por via direta, onde a empresa produz e serve as refeições no próprio ambiente de trabalho ou por contratação de uma empresa terceirizada ou de forma indireta, podem-se ainda fazer contratos com estabelecimentos que servem refeições ou distribuir tickets de refeições (BANDONI, 2006; BRASIL, 2016).

Deste modo, o Brasil é um exemplo visível do esforço e empenho em garantir a segurança alimentar da sua população, com o desenvolvimento de medidas que permitem o acesso à alimentação. No entanto, existe ainda uma elevada taxa de insegurança alimentar no país. É preciso aumentar o alcance dessas ações de forma a atingir toda a população, mas também fazer uma avaliação e reflexão sobre as estratégias e programas de outros países, em que a insegurança alimentar tem pouca prevalência, para que seja possível realizar melhorias (BRASIL, 2010).

Estados Unidos da América (EUA):

Nos EUA, existem vários fatores associados à insegurança alimentar e que contribuem para a falta de acesso a alimentos nutricionalmente adequados, tais como a pobreza, aumento do desemprego, diminuição de possibilidade de compra por parte das famílias e características demográficas (AMERICA, 2016). Tal como no Brasil, nos EUA, os programas de ajuda alimentar estão ao abrigo do Estado, com enfoque em vários grupos-alvo.

A nível social, o “Supplemental Nutrition Assistance Program” (SNAP), anteriormente chamado “The Food Stamp Program”, consiste na oferta de assistência a pessoas individuais

ou famílias com baixo rendimento, auxiliando-as na compra de alimentos e proporcionando benefícios econômicos para as comunidades. Por outro lado, o “Program for Women, Infants and Children” (WIC), é um programa que fornece apoio nutricional, através do acesso gratuito a suplementos alimentares, apoio a nível da educação nutricional e acesso a serviços de saúde através de subsídios. Estes subsídios são dirigidos a grávidas de baixo rendimento, mulheres pós-parto, lactentes e crianças até 5 anos de idade encontradas em risco nutricional. Este programa, está associado a um outro, denominado “Farmers’ Market Nutrition Program” (FMNP), que fornece frutas e hortícolas frescos, cultivados localmente, aos participantes do WIC, através de cupons que podem ser trocados pelos alimentos. O “Senior Farmers’ Market Nutrition Program” (SFMNP) é dirigido a comunidades emigrantes, nomeadamente a grupos indígenas de baixo rendimento, e consiste na distribuição de cupons que podem ser trocados por comida em programas de agricultura apoiados pela comunidade e mercados locais. O “Child and Adult Care Food Program” (CACFP) tem como objetivo oferecer refeições completas e nutricionalmente adequadas em abrigos e regiões carenciadas.

Existem também programas de nutrição dirigidos à população mais jovem, que visam satisfazer as necessidades nutricionais das crianças mais carentes e combater a obesidade infantil através do fornecimento de alimentos saudáveis. É exemplo o “Fresh Fruit and Vegetable Program” (FFVP) que foi criado com o objetivo de ser uma ferramenta de combate à obesidade infantil, introduzindo fruta e vegetais nas refeições escolares, mas que, simultaneamente disponibiliza o acesso a um alimento nutricionalmente adequado a crianças que estejam em insegurança alimentar. O “School Breakfast Program” (SBP) fornece ajuda monetária aos estados para que escolas e instituições de acolhimento de crianças possam realizar café da manhã saudáveis sem fins lucrativos. O “Special Milk Program” (SMP) consiste na distribuição de leite a crianças que não participam em outros programas de serviços de refeição, em escolas e instituições de acolhimento. O “Summer Food Service Program” (SFSP) assegura o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas enquanto a escola se encontra no período de férias, a crianças cujos pais têm um baixo rendimento financeiro.

Por fim, o “National School Lunch Program” (NSLP) é um programa de alimentação sem fins lucrativos, que opera em escolas privadas e públicas e, ainda, em instituições residenciais de cuidados infantis. Este programa permite a disponibilização às crianças, nos dias de escola, de refeições nutricionalmente equilibradas de forma gratuita ou a baixo preço (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE FOOD AND NUTRITION SERVICE, 2016).

CANADÁ

A insegurança alimentar no Canadá tem vindo a crescer nos últimos anos. A crise econômica mundial e no país fez com que aumentasse a taxa de desemprego, a taxa de pobreza e a procura de bancos alimentares pelos mais suscetíveis a este estado de

insegurança, nomeadamente as crianças, idosos, mães/pais solteiros, estudantes, famílias com alojamento alugado e emigrantes.

A PROOF – “Food Insecurity Policy Research” tem sido uma organização promissora na investigação da insegurança alimentar no Canadá com o objetivo de identificar soluções, políticas eficazes para reduzir este problema das famílias, mas também identificar as consequências que esta situação acarreta, nomeadamente, o custo acrescido sobre o sistema de saúde em agregados que se encontram em estado de carência alimentar.

No Canadá não existem políticas governamentais ou programas que visem solucionar o problema da insegurança alimentar. As políticas sociais como a assistência social, subsídio de habitação e benefícios para as crianças, podem servir de apoio àqueles que se encontram nesta situação, no entanto, essas políticas não são projetadas para lidar explicitamente com a fome (PROOF, 2016).

A procura por soluções tem levado ao investimento de instituições neste assunto, como o “Canadian Community Health Survey” que procura soluções para a insegurança alimentar, tendo uma perspectiva ampliada quanto às várias áreas de atuação. Esta tem como objetivos a avaliação e caracterização do estado de insegurança alimentar, isto é, identificar grupos mais vulneráveis, assim como os fatores econômicos que condicionam essa situação, com idealização de programas de criação de emprego, programas de educação/formação; identificar outras necessidades básicas que rivalizam com a compra de comida no orçamento familiar; reduzir a diferença entre os preços de bens essenciais e os recursos econômicos disponíveis para as pessoas em situação de insegurança alimentar; facultar financiamento público para habitação, assistência infantil, alteração das taxas de tributação a pessoas sinalizadas, reduzindo os impostos pagos pela população em causa e, por fim, melhorar os sistemas de alimentação e nutrição com programas de refeições/lanches escolares e programas de desenvolvimento comunitário, por exemplo cozinhas e hortas comunitárias (MCINTYRE; PATTERSON; ANDERSON; MAH, 2016).

Desta conjuntura social e econômica, os Bancos Alimentares surgem como solução imediata ao problema, procurando diminuir a insegurança alimentar e a fome. Os bancos alimentares no Canadá vão muito para além de distribuição de bens alimentares a quem mais necessita, como acontece em Portugal. Estes oferecem outras formas de apoio tais como ensinar a cozinhar, formação e hortas comunitárias, mas também uma ajuda de viés social na procura de emprego, habitação, creche e preços mais acessíveis de bens essenciais. Estas entidades têm desenvolvido um portfólio de documentos que auxiliam a população na preparação de refeições saudáveis, económicas, seguras e nutritivas.

Quanto à ajuda alimentar na prática, os bancos alimentares no Canadá têm um projeto de grande envergadura, ideal para ser adotado por outros países que procurem sustentabilidade, riqueza nutricional e melhoria organizacional dos bancos alimentares. Neste projeto, denominado “Food Banks Canada’s National Retail Food Program” participam os produtores agrícolas locais e retalhistas em parceria com os bancos alimentares da região

que, a partir dos excedentes da sua produção, obtêm-se alimentos com segurança e qualidade alimentar, incluindo produtos frescos, congelados, alimentos não perecíveis, mas também produtos pessoais. A grande vantagem consiste no fato das transferências de alimentos ocorrerem localmente, sem passar num armazém central ou centro de distribuição. Assim, os bancos alimentares recebem os produtos mais rapidamente, garantindo a segurança, qualidade e frescura dos mesmos. Por outro lado, é também uma medida amiga do ambiente, uma vez que ajuda os comerciantes a reduzir os custos de transporte, resíduos de aterro e a sua pegada de carbono no planeta (CANADA, 2016)

4 | DISCUSSÃO

Como melhorar o modelo de ajuda alimentar em Portugal?

De modo a diminuir a insegurança alimentar e os problemas de saúde, Portugal deverá fazer uma avaliação e reflexão por forma a encontrar estratégias de melhoria dos programas atuais, baseado na experiência dos outros países. É importante a intervenção da Direção Geral de Saúde (DGS) nos programas de ajuda alimentar desenvolvidos pela Segurança Social por forma a otimizar a ajuda prestada e diminuir problemas de saúde (diabetes, obesidade, hipertensão, doença cardiovascular). No entanto, a oferta dos alimentos nos programas em vigor ainda não é suficiente para evitar estes. Esta ajuda deverá ter como objetivos: combater a fome, tornar os programas de ajuda alimentar sustentáveis, combater o desperdício alimentar, e aliar a ajuda alimentar à componente nutricional de acordo com as necessidades do grupo alvo (GREGÓRIO, 2014).

Em Portugal, os Bancos Alimentares assentam nos princípios da recolha e distribuição de alimentos, com uma organização desmesurada na resposta às necessidades nutricionais dos indivíduos. Com o aumento da procura e assistência por parte dos Bancos Alimentares, direcionar possibilidades de melhoria nestas instituições constituirá uma forma direta e prática de tratar a insegurança alimentar. Uma proposta de melhoria deste modelo passaria pela criação de protocolos entre estas entidades e faculdades, com o propósito de incluir voluntariamente profissionais de saúde em formação académica, para a prestação de serviços na sua área (nutrição, medicina, psicologia, agronomia, enfermagem, assistência social).

Estes, à luz de guidelines orientadoras para este fim, poderiam desenvolver formações sobre preparação de refeições saudáveis, económicas, seguras e nutritivas, formações de hortas comunitárias, prestar ajuda de viés social na procura de emprego, habitação e creche. Seria também interessante, a participação dos produtores agrícolas locais e retalhistas de cada concelho do país, numa perspectiva de redução do desperdício alimentar, possibilitando o fornecimento de produtos frescos e de primeira necessidade a indivíduos ou famílias sinalizadas. Para a sua idealização, os bancos alimentares com ajuda solidária dos municípios deveriam dispor de locais de armazenamento, onde poderiam ser guardados excedentes

agrícolas e de retalho. A grande vantagem seria o fato de as transferências de alimentos passarem a ser localmente, e conseqüentemente, os bancos alimentares poderiam distribuir os produtos mais rapidamente, garantindo a segurança, qualidade e frescura dos mesmos.

A nível social, Portugal tem algumas medidas de distribuição de alimentos (Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados, por exemplo), no entanto só distribuição não é suficiente para um bom estado nutricional dos indivíduos que recebem esta ajuda. Uma possível medida que pudesse solucionar esta limitação seria a criação de “Supermercados Sociais Saudáveis”, cujos produtos seriam comprados com o dinheiro do Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados, mas selecionados segundo os princípios de uma alimentação saudável. Assim, as famílias sinalizadas teriam à sua disposição opções mais convenientes do ponto de vista nutricional que poderiam comprar com os “cupons”, que substituiriam o dinheiro.

Por outro lado, uma vez que as crianças de hoje são o futuro de amanhã, seria crucial desenvolver modelos em que elas fossem o “ponto-chave”. É essencial, por parte do Estado, se implementem ações de educação alimentar de cariz obrigatório para os alunos que se encontram no ensino básico. E, embora já tenham sido reunidos esforços para a implementação de refeições nutricionalmente equilibradas na escola, ressaltamos a necessidade deste fornecimento ser contínuo mesmo em período de férias, na qual se verifica uma carência demarcada de aporte nutricional em crianças cujas famílias se encontram com dificuldades econômicas.

Por outro lado, mas não obstante, ter especial enfoque nos idosos, visto ser um grupo etário crescente na população e, tal como as crianças, são um grupo de maior risco a nível nutricional. Por esse motivo a nossa maior preocupação deverá ser o aumento da sua qualidade de vida, visto que o crescimento da população idosa está relacionado com o aparecimento de doenças crônicas, que afetam a qualidade de vida deste grupo. Neste pressuposto, a alimentação tem um papel preponderante na sua idealização, no entanto, a compra de alimentos compete muitas vezes com as despesas de saúde ou, mesmo, o encargo de filhos e netos devido à conjuntura atual. Assim, deveriam criar-se ferramentas de sinalização de insegurança alimentar nos idosos por forma a garantir que estes recebam as ajudas necessárias a ter uma longevidade ativa na sociedade.

Mesmo com todas estas propostas de melhoria dos modelos de ajuda e distribuição alimentar, continuamos a ter uma grande limitação de ação: o papel pouco ativo do Estado em Portugal, tal como no Canadá. Nos casos do Brasil e EUA podemos assistir a um papel proativo e visionário do Estado, o qual procura auxiliar a população sinalizada com a intervenção dos vários ministérios envolvidos. Esta capacidade de agir permite um maior controle da atribuição da ajuda alimentar, no modo de fornecimento, mas também de todas as condicionantes subjacentes aos gêneros alimentícios.

5 | CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, é cada vez mais notório que os países estão preocupados com a situação nutricional da sua população. Cada um deles tenta desenvolver programas que atendam às necessidades, de acordo com a sua realidade. A implementação de programas de cunho nutricional é árdua, pois envolve muito mais do que somente a distribuição de alimentos a quem não tem acesso. É preciso envolver profissionais de diversas áreas, realizar estudos e pesquisas, fazer avaliações periódicas e isso requer tempo e investimento financeiro. Deve-se também utilizar a descentralização da gestão dos programas, o que aumenta a eficiência, fornece autonomia e estimula a participação das entidades públicas de cada local, uma vez que estes detêm maior conhecimento sobre a realidade da sua região.

Mesmo com a implantação de programas nos mais diversos âmbitos, a solução para o problema da fome e da insegurança alimentar só será resolvido quando a educação, saneamento, emprego, renda, moradia e saúde estiverem garantidos a toda a população.

6 | REFERENCIAS

AMERICA, Feeding **Hunger and Poverty Facts and Statistics**. 2016. Disponível em: <https://www.feedingamerica.org/hunger-in-america/facts?referrer=https%3A//www.google.pt/>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BANDONI, Daniel Henrique. Programa de Alimentação do Trabalhador: representações sociais de gestores locais **Rev. Saúde Pública**, [s. l], v. 5, n. 40, p. 837-842, 2006.

BRASIL, Direitos no **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)**. Disponível em: <https://direitosbrasil.com/pat/>. Acesso em: 07 nov. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Alpha Gráfica e Editora, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11947**, de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 jun. 2009.

CANADA, Food Banks **Hunger Count**. 2016. Disponível em: <https://www.foodbankscanada.ca/Research-Advocacy/HungerCount.aspx>. Acesso em: 25 out. 2016.

CE. Comissão Europeia **Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais carenciadas (FEAD)**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=1089>. Acesso em: 15 out. 2016.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento - **PROHORT - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort>. Acesso em: 07 nov. 2016.

CONAB. Portal do Governo Brasileiro. **Agricultura Familiar - O Fortalecimento da Agricultura Familiar: programa Fome Zero**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 21 nov 2016.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS **Food security and nutrition for all**. Disponível em: <http://www.fao.org/food-security-and-nutrition-for-all/en/>. Acesso em: 11 nov. 2016.

FEBA. Federação Europeia de Bancos Alimentares **A CARTA DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME**. Lisboa: FEBA- Federação Europeia de Bancos Alimentares, 2016.

FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2012. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 07 nov. 2016.

FPBACF. Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome **Alimento esta ideia**. Disponível em: <https://www.alimentestaideia.pt/>. Acesso em: 17 out. 2016.

GRAÇA, P.; GREGÓRIO, M.J.; SOUSA, S. Mendes de; CAMOLAS, J.. Food Policy in Portugal— Historical Context, Opportunities, and Threats **Reference Module In Food Science**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 1-2, nov. 2016. Elsevier. <http://dx.doi.org/10.1016/b978-0-08-100596-5.21166-9>.

GREGÓRIO, Maria João. Proposta Metodológica para a Avaliação da Insegurança Alimentar em Portugal **Revista Nutricias**, Lisboa, v. 1, n. 21, p. 4-11, 07 jun. 2014.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 9, n. 24, p. 159-172, ago. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141995000200007>.

IFPRI. International Food Policy Research Intitute. Global Nutrition Report 2016 From Promise to Impact Ending Malnutrition by 2030 **Global Nutrition Report**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-180, jun. 2016. International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/9780896295841>.

LOOPSTRA, R.; REEVES, A.; TAYLOR-ROBINSON, D.; BARR, B.; MCKEE, M.; STUCKLER, D. Austerity, sanctions, and the rise of food banks in the UK **Bmj**, [S.L.], v. 350, n. 089, p. 1775-1775, 8 abr. 2015. BMJ. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.h1775>.

LOOPSTRA, Rachel; REEVES, Aaron; STUCKLER, David. Rising food insecurity in Europe **The Lancet**, [S.L.], v. 385, n. 9982, p. 2041, maio 2015. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(15\)60983-7](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(15)60983-7).

LUSA **Supermercado social abre na quinta-feira para os fregueses de Santo António, em Lisboa**. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/supermercado-social-abre-na-quinta-feira-para-os-fregueses-de-santo-antonio-em-lisboa_n910894. Acesso em: 24 out. 2016.

MCINTYRE, Lynn; PATTERSON, Patrick B.; ANDERSON, Laura C.; MAH, Catherine L. Household Food Insecurity in Canada: problem definition and potential solutions in the public policy domain **Canadian Public Policy**, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 83-93, mar. 2016. University of Toronto Press Inc. (UTPress). <http://dx.doi.org/10.3138/cpp.2015-066>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrária. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2010. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agriculturfamiliar/programa-aquisicao-alimentos-paa>. Acesso em: 07 nov 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Brasília, 2012. Acesso em: MINUTO, País Ao **Ajuda alimentar do fundo europeu para os carenciados ainda não chegou**. Disponível em: https://www.noticiasaminuto.com/pais/670736/ajuda-alimentar-do-fundo-europeu-para-os-carenciados-ainda-nao-chegou?utm_source=rss-ultima-hora&utm_medium=rss&utm_campaign=rssfeed. Acesso em: 17 out. 2016.

NOTÍCIAS, Diário de **IPSS vão doar alimentos aos utentes para cozinharem em casa**. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ipss-vao-doar-alimentos-aos-utentes-para-cozinharem-em-casa-5282857.html>. Acesso em: 17 out. 2016.

PEREIRA, Ana Cristina **O primeiro restaurante solidário do Porto já abriu as portas**. 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/10/15/local/noticia/o-primeiro-restaurante-solidario-do-porto-ja-abriu-as-portas-1747364>. Acesso em: 24 out. 2016.

PROOF, Food Insecurity Policy Research - **HOUSEHOLD FOOD INSECURITY IS A SERIOUS PUBLIC HEALTH PROBLEM THAT AFFECTS 1 IN 8 CANADIAN HOUSEHOLDS**. Disponível em: <https://proof.utoronto.ca/>. Acesso em: 30 out. 2016.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 9, n. 23, p. 87-107, abr. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141995000100007>.

TARASUK, Valerie; CHENG, Joyce; OLIVEIRA, Claire de; DACHNER, Naomi; GUNDERSEN, Craig; KURDYAK, Paul. Association between household food insecurity and annual health care costs **Canadian Medical Association Journal**, [S.L.], v. 187, n. 14, p. 429-436, 10 ago. 2015. CMA Joule Inc.. <http://dx.doi.org/10.1503/cmaj.150234>.

United States Department of Agriculture Food and Nutrition Service. **Food Distribution Programs**. Disponível em: <https://search.usa.gov/search?utf8=%E2%9C%93&affiliate=usda-food-nutrition-service&query=Food%09+Distribution%09+Programs.&commit=Search>. Acesso em: 28 out 2016.

URBANA, Instituto da Habitação e Reabilitação **PES. Programa de Emergência Social Programa de emergência social**. Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/Arrendamento/Mercado_social_arrendamento.html. Acesso em: 15 out. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aceitabilidade 18, 23, 24, 26, 57, 62, 65, 66, 111, 113, 117, 119, 173

Aceitação 17, 22, 23, 24, 45, 57, 64, 65, 67, 111, 113, 117, 118, 119, 150, 160, 170, 173

Adoçantes dietéticos 5, 44, 46, 47, 51, 53, 55, 56

Alimentação 2, 4, 6, 7, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 29, 30, 31, 33, 37, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 78, 80, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 109, 113, 115, 118, 120, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 146, 147, 151, 152, 154, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 179, 183, 185, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 207, 208

Alimentação complementar 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 183

Alimentos 4, 5, 8, 1, 2, 4, 17, 18, 19, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 71, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 120, 122, 125, 126, 127, 128, 150, 152, 154, 160, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208

Alimentos funcionais 5, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42

Alimentos imunomoduladores 5, 1, 2

Análise sensorial 18, 19, 21, 22, 23, 26, 28, 57, 61, 62, 64, 65, 67, 113, 116, 118, 120, 121

Aprendizado 69, 70, 71, 91, 130

B

Baby-led weaning 6, 87, 88, 89, 92, 93, 95, 96, 97, 98

Benefícios 85

Boas práticas 6, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 120, 200

Bolo 5, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Broto 6, 57, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68

C

Câncer 1, 2, 3, 4, 5, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 175

Câncer do colo de útero 73, 75

Coenzima Q10 7, 134, 136, 144

Comportamento alimentar 5, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 91, 97, 151

Conserva 7, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Cookie 6, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67

D

Danos 6, 70, 78, 82, 83, 113, 142, 149

Desmame precoce 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Dieta 5, 7, 1, 2, 4, 5, 8, 18, 19, 25, 29, 30, 33, 39, 40, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 73, 75, 77, 78, 79, 90, 91, 123, 125, 126, 127, 131, 148, 149, 151, 153, 171, 179, 199, 200

Dieta equilibrada 7, 123, 125, 131, 199

Dieta oncológica 1, 2

Dietética desportiva 29

E

ENEM 6, 69, 70, 72

Enfermagem 5, 6, 12, 13, 14, 15, 54, 102, 131, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 184, 193

Estado nutricional 1, 2, 4, 44, 45, 47, 55, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 157, 158, 159, 161, 162, 186, 194

F

Feijão caupi 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27

Feijão-mungo 57, 68

Feira livre 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 202

G

Germinação 18, 20, 27, 57, 58, 59, 60, 64

Gestação 45, 83, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 176

Gravidez 6, 82, 83, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 176, 183

H

Hortaliças 93, 120, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 190, 199, 200, 202, 205, 206, 207, 208

HPV 6, 73, 74, 75, 77, 78, 79

I

Insuficiência cardíaca 7, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142

M

Memória 69, 70, 71

Merenda escolar 19, 25, 26, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173

Métodos de alimentação 87, 89

Mídia 45, 51, 52, 54, 55, 146, 147, 148, 149, 152, 153

Musa SSP 111, 112, 114

N

Nutrição 2, 4, 5, 7, 2, 8, 17, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 41, 42, 45, 53, 54, 55, 56, 57, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 87, 89, 90, 96, 97, 100, 111, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 167, 174, 175, 183, 185, 189, 191, 192, 193, 197, 208, 210

Nutrição desportiva 29, 31

Nutrição infantil 72, 87, 89, 183

O

Obesidade pediátrica 6

P

Pais 8, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 51, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 185, 191, 192, 196, 197

Papiloma vírus 73, 74

Plantas medicinais 6, 82, 83, 202

Políticas nutricionais 185

Prática pedagógica 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Pré-operatório 7, 155, 156, 162

Pseudocaule 7, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

R

Revistas não científicas 146, 147, 148, 152, 153, 154

S

Saúde 4, 5, 7, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 25, 27, 29, 31, 33, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 62, 67, 68, 70, 73, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 161, 162, 163, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 207, 208, 210

Suplementação 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142

Sustentabilidade 111, 192

T

Triagem nutricional 7, 155, 156, 158, 159, 161, 162

V

Vigna radiata 6, 57, 58, 59, 68



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E CULTURA



Atena
Editora
Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E CULTURA


Atena
Editora
Ano 2021